



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DA 2ª REGIÃO**

**Ata
Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão**

Em 05 de maio de 2023, às 10h00, reuniram-se virtualmente para a reunião ordinária da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - CPAI, sob a presidência da Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, a Exma. Juíza Regina Celi Vieira Ferro; a Exma. Juíza Eliane Aparecida da Silva Pedroso; e os servidores: Adriana Domanoski Gurniak, Alexandre Aguenta Arakaki, Daniela Louise da Serra Ogata, Débora Forlin Granja, Dulcinéa Lima de Jesus Figueiredo, Eliana Maiellaro, Eduardo Antonio Engholm Cardoso, Fernanda Izídio de Oliveira Cimino, Fernanda Machado Martins, Filipe Gioielli Mafalda, Hécio Nalon Alves, Ivo Cleiton de Oliveira Ramalho, Karla Mea Marcos Pereira (representando José Américo Zampar Júnior), Katia Regina Cezar, Luciano Meletti Lemes (representando Sra. Aline Maria de Castro Silva Rossi); Luís Carlos de Paula Reseck, Rodrigo Lopes Nabarro, Ronaldo Prado Amorosino, Tatyane Maria Borges Durães Pontilho, Telma Ferreira Rocha Bandoni e Vanessa Spadotto Alves. Além dos servidores da Seção de Acessibilidade e Inclusão - SAI: Camila de Oliveira Coelho, Fernando Lucas De Marchi Pavaneli, Luiz Fernando de Paula Pereira, Thays Martinez e a aprendiz Gabriela Cupone Gatti.

A Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, deu boas-vindas a todos e todas, desejando uma reunião bastante proveitosa, e apresentou o Sr. Luiz Fernando como novo chefe da Seção de Acessibilidade e Inclusão, destacando que a Sra. Thays Martinez será a chefe substituta. Solicitou o registro de homenagem à Sra. Daniela Kovács e à Sra. Thais Tie Myasaki por todo o serviço prestado durante os últimos anos, do qual foi testemunha.

A Sra. Presidente, após introdução do primeiro item da pauta, passou a palavra ao servidor Luiz Fernando.

01) Nova Chefia da Seção de Acessibilidade e Inclusão.

Sr. Luiz Fernando manifestou que assumir a chefia da Seção de Acessibilidade é um desafio grande, em razão de ser um setor com demandas pontuais de atendimento, algumas imprevisíveis, além de tratar questões sensíveis; requer o registro em ata para constar seu agradecimento à Daniela Kovacs e Thais Tie pelo legado, por terem estruturado os serviços da Seção ao longo dos anos, ressaltando sua gratidão e admiração pelo trabalho realizado por ambas. Agradece também pela confiança da Presidente e Vice-Presidente da Comissão, Dra. Ana Maria Moraes Barbosa Macedo e Dra. Regina Celi Vieira Ferro, respectivamente, e de toda a equipe da Seção.

A Sra. Presidente desejou sucesso e passou a palavra à Sra. Fernanda Martins, que iniciou o segundo item da pauta:

02) Alteração da Seção de Acessibilidade e Inclusão no organograma institucional.



Sra. Fernanda Machado Martins se apresentou e, em seguida, discorreu sobre a mudança de estrutura, esclarecendo que era diretora da Divisão Socioambiental e agora passou a ser a diretora da Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão; afirmou que tal alteração vem como desafio, pois acompanha e conhece o trabalho da Comissão e Seção; cientificou que as Comissões de Acessibilidade e Inclusão e a Socioambiental já realizaram atividades em conjunto; que a publicação do Ato de alteração da estrutura é recente ([ATO GP N. 18, DE 19 DE ABRIL DE 2023](#)), ao que complementou acreditar que tal mudança seja para fortalecimento. Por fim, se colocou à disposição dos integrantes da Comissão, agradecendo também à Daniela Kovács e Thais Tie pelos anos em que atuaram juntas.

A Sra. Presidente retomou a palavra, reiterando as boas-vindas à Sra. Fernanda Machado Martins.

Dando sequência, passa-se ao terceiro item da pauta:

03) Aquisição e disponibilização de 04 licenças do programa ABBYY Fine Reader - Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR):

Sr. Luiz Fernando expôs que o referido item é para comunicar a aquisição dessa tecnologia assistiva, a qual reconhece caracteres de textos em imagens; informou que foram adquiridas 04 licenças, sendo 03 delas na versão standard, para três servidores cegos, e 01 na versão corporate, instalada no notebook da Seção de Acessibilidade e Inclusão, para uso coletivo e testes.

Sr. Ivo Ramalho, em complemento, esclareceu que o OCR tem a funcionalidade de detectar conteúdo de textos em imagens, explicando que sem esse processo o software leitor de telas não reconhece o texto, lendo apenas como “gráfico”; informou que essa tecnologia assistiva possui um percentual alto de identificação de texto e que indubitavelmente é uma aquisição importante para melhores condições de trabalho para servidores com deficiência visual que fazem uso de programas leitores de tela.

Dra. Ana Maria retomou a palavra, abrindo para perguntas, e introduzindo o próximo item da pauta:

04) Solução para intérprete de Libras em audiências no âmbito do TRT2.

Sr. Luiz Fernando relatou o breve histórico da atuação de intérprete de Libras, informando que há diferença entre a interpretação em audiências ou em eventos; que o TRT-2 estava com dificuldades para nomear intérpretes para atuação em audiências, mas que a Sra. Claudia Moniak, membro da CPAI, agora está desempenhando essa atividade, pois possui a capacitação necessária. Sugeriu a divulgação da atuação da Sra. Claudia enquanto intérprete de Libras no âmbito do Regional com a explicação do procedimento para as varas solicitarem também intérpretes de línguas estrangeiras, pois chegam e-mails com tais demandas à Seção de Acessibilidade e Inclusão.

A Sra. Fernanda Izídio sugeriu algumas outras formas de divulgação, em conjunto com a Secretaria de Comunicação Social (SECOM), a exemplo de divulgar como “perguntas frequentes”, ou vídeos rápidos no canal do Regional na plataforma do Youtube.

Dra. Ana Maria e Sr. Luiz Fernando pontuaram sobre a importância de continuarmos buscando uma solução institucional definitiva, de forma a criarmos uma cultura dessa atividade.

Seguiu-se então ao quinto item da pauta:



05) Participação da Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo, da Exma. Juíza do Trabalho Eliane Aparecida da Silva Pedroso e da Ilma. servidora da Seção de Acessibilidade e Inclusão Thays Martinez no “Seminário de Apresentação do Manual de Atendimento a Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) pelos órgãos do Poder Judiciário”, ocorrido em 26/04/2023, às 16h00, na sede do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, em Salvador.

a) Apresentação dos objetivos do manual;

b) Ações para divulgação do manual e efetivação de seus objetivos no âmbito do TRT2.

Dra. Ana Maria passou a palavra à Sra. Thays Martinez que, primeiramente, deixou registrado o agradecimento à Daniela Kovacs, Thais Tie e Claudia Moniak, que contribuíram muito com a evolução do tema da acessibilidade no âmbito do nosso Tribunal. Em relação ao evento, atestou que este foi bastante produtivo, comunicando que nele houve o lançamento do manual de atendimento a pessoas com transtorno do espectro autista, desenvolvido pelo CNJ em parceria com o TJ-BA; o evento teve por objetivo, além da divulgação, engajar os participantes para que se tornem multiplicadores deste conteúdo, visando que todo o judiciário compreenda melhor a questão do Transtorno do Espectro Autista (TEA), vez que nos últimos anos houve evolução tanto conceituais, quanto legislativas. Pontuou a presença da Sra. Berenice Piana, protagonista da lei que reconhece o autismo como deficiência e, também, a participação da Juíza do TJ-BA, Dra. Elbia Araújo, e da Dra. Raquel Del Monde, médica especialista em autismo.

Seguindo com o assunto, Thays Martinez propôs trazeremos a Dra. Raquel para realizar palestra no TRT-2, com objetivo de nos capacitarmos para enfrentar melhor os desafios sobre o reconhecimento do TEA dentro do Tribunal; informou que já temos um curso previsto sobre TEA para este ano, e como sugestão, será verificada a melhor forma de incluí-la no referido curso. Em seguida, cientificou aos integrantes da Comissão sobre as ações de divulgação já efetuadas, especificamente a notícia sobre o evento, realizada pela SECOM e a disponibilização na página de Acessibilidade e Inclusão, ambas no sítio eletrônico do TRT-2, ressaltando o convite para que todos lessem o manual.

Dra. Eliane Pedroso finalizou expressando suas impressões sobre o evento, qualificando a sua abordagem como rica, moderna e cientificamente atualizada.

Em continuidade, Dra. Ana Maria passou ao sexto item da pauta:

6) Apresentação do Projeto CIRANDA:

a) Histórico;

b) Objetivo;

c) Ações a serem implementadas;

d) Ciência da entrega do Projeto CIRANDA à Juíza de Direito Élbida Rosane Sousa de Araújo, Coordenadora do Grupo de Trabalho do C. CNJ sobre Transtorno do Espectro do Autismo, no evento de lançamento do Manual de Atendimento a Pessoas com TEA.

Dra. Eliane Pedroso iniciou contextualizando que era um projeto que já tinha em mente há algum tempo e que, com o lançamento do Manual, colocou em prática. Explicou que o projeto tem uma ideia fundamentada em dois eixos: ciranda de informação e, caso seja adotado pelo CNJ, que haja cinco grupos comunicantes entre si, havendo trocas de informações; que os grupos serão itinerantes e telepresenciais, com ideia de propagar conscientização, recolher necessidades e, na

medida do possível, solucionar dúvidas.

Emocionada, Dra. Eliane encerrou sua fala, seguida pela manifestação da Sra. Presidente que agradeceu as palavras, empenho e dedicação, destacando que é necessário aprofundamento nos conhecimentos sobre TEA, para melhor acolhimento e condições de trabalho dignas.

Sra. Katia Regina primeiramente agradeceu Dra. Eliane pela criação do projeto. Em seguida, fez considerações sobre entender que há necessidade de maior participação ativa de pessoas com deficiência e responsáveis por pessoas com deficiência, tanto na CPAI quanto na SAI, principalmente no que se refere ao tema do autismo; pediu também o registro do seu agradecimento à Daniela Kovács e seu anseio pelo retorno dela à CPAI, registrou também seu agradecimento à Thais Tie e Claudia Moniak, e parabenizou ao Sr. Luiz Fernando pelo cargo de chefia, desejando sucesso.

Sra. Daniela Ogata manifestou-se dizendo que também considera muito importante a participação ativa dos pais, vez que é mãe de um menino com TEA, esclarecendo que os pais de autistas podem participar mais compartilhando suas experiências, mas que em razão das necessidades de cuidados e da rotina estabelecida, torna-se inviável a participação por períodos longos.

A Sra. Presidente agradeceu os depoimentos e deu início ao sétimo item da pauta, passando a palavra ao Sr. Ivo Ramalho:

07) Atualização de formulário do assunto no PROAD – Protocolo Administrativo: ACESSIB - Reconhecimento da condição de pessoa com deficiência;

Preliminarmente, Sr. Ivo Ramalho endossou seu o agradecimento à Daniela Kovacs, Thais Tie e Claudia Moniak nos termos anteriores, bem como parabenizou Dra. Eliane Pedroso pela iniciativa do Projeto Ciranda. Iniciou a explanação do tópico esclarecendo que se trata da alteração do formulário do Proad: “Reconhecimento da condição de pessoa com deficiência”, que já existente desde 2022, e que anteriormente o assunto contemplava apenas o registro da condição própria de servidores(as) e magistrados(as), mas foi percebida a necessidade de readequação do formulário do reconhecimento da condição de pessoa com deficiência como destinatário os cônjuges, companheiros(as), filhos(as) e dependentes. Informou que tais alterações já estão disponibilizadas e esclareceu que também foram efetuados outros aperfeiçoamentos como: inserção de campos para informar as tecnologias assistivas que faz uso, informação se a deficiência é congênita ou adquirida, dentre outras.

Sr. Ivo informou sobre a criação de novo assunto no Proad sobre as condições especiais de trabalho e que através deste, haverá a possibilidade do requerimento direto por parte de servidores(as) e magistrados(as) contidas na [Resolução CNJ 343/2020](#) e [Ato GP 11/2021](#) deste TRT-2. Cientificou que foi instituído grupo de trabalho para tal fim e que este grupo analisou as normas aplicáveis para criação do assunto específico no Proad. Exemplificou algumas das áreas envolvidas no trabalho, reforçando o caráter multidisciplinar e externou agradecimentos aos envolvidos que participaram na construção coletiva do referido assunto.

Dra. Ana Maria informou que o trabalho foi concluído e que será encaminhado à Presidência, finalizando que caso necessário algum aprimoramento, será realizado.

Dra. Regina pontuou que ocorreram várias reuniões, com algumas discussões em razão das diversidades de pensamentos e ideias, mas que foi finalizado com um bom resultado, ao que parabenizou a todos.

Dra. Eliane manifestou seu contentamento por termos conseguido dar esse passo, uma vez que todo o processo foi longo.

A Presidente, Dra. Ana Maria, ressaltou a participação do setor médico, psicologia e serviço social neste processo e que chegamos juntos a um ponto comum.

Passou-se, então, ao último item da pauta:

08) Curso sobre IFBrA – parceria da Secretaria de Saúde, Escola Judicial e Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão.

Primeiramente, Sra. Thays Martinez agradeceu e parabenizou o Sr. Luiz Fernando pela condução da Seção; ressaltou que a equipe está se sentindo apoiada; também parabenizou a Sra. Fernanda Martins, a quem admira e acompanha o trabalho; e, por fim, parabenizou Dra. Ana Maria por estar na Presidência da Comissão, pela sensibilidade com o tema e pelo apoio na condução dos trabalhos. Em prosseguimento, ressaltou que a inclusão é um processo, e que sempre temos o que melhorar.

Retornando ao tópico da pauta, Thays Martinez inteirou que se trata de um instrumento de avaliação utilizado para avaliar o grau da deficiência; que seu resultado, dependendo do grau, altera o tempo de serviço necessário para aposentadoria da pessoa com deficiência, que resumidamente o IFBrA é um grande questionário que avalia diversas áreas da vida da pessoa com deficiência, atribuindo-se pontuação a cada item, somando-se ao final para obter a classificação: leve, moderada ou grave; ou se a pessoa não tem deficiência para este fim. Elencou algumas controvérsias envolvendo essa forma de avaliação, o que torna ainda mais necessária a capacitação para seu uso. Sra. Thays Martinez prosseguiu, cientificando que tanto a CPAI, quanto a Secretaria da Saúde fizeram solicitação de curso dessa temática à Escola Judicial para 2023 e que, após reunião entre as duas áreas, optou-se por fazer uma proposta única. Finalizou ressaltando que o trabalho em conjunto tem por finalidade a melhoria de capacitação dentro do Tribunal para melhor atendimento às pessoas com deficiência.

Sr. Ivo complementou, dando ciência de que no art. 2º, § 2º da Lei Brasileira de Inclusão ([LEI Nº 13.146/2015](#)) há previsão de criação de um instrumento único para avaliação da deficiência, que ainda não foi elaborado, mas que recentemente houve publicação de decreto retomando os trabalhos do grupo instituído para tal fim.

Por fim, a Exma. Desembargadora Ana Maria Moraes Barbosa Macedo agradeceu a participação de todos e todas, e deu por encerrada a reunião.

Este texto não substitui o original publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.